

# Ameaça de impasse militar

Duas questões incluídas até aqui no substitutivo Bernardo Cabral, a ser apresentado hoje às lideranças partidárias, podem se transformar em fonte de impasse e crises políticas. Uma delas se relaciona com a criação da Corte Constitucional e a outra com o papel a ser atribuído às Forças Armadas no texto constitucional em elaboração. De acordo com o que foi aprovado no substitutivo Bernardo Cabral, não se delega mais às Forças Armadas a responsabilidade de cuidar da manutenção da ordem interna. Esta era uma reivindicação dos três ministros militares formuladas junto às principais lideranças políticas do País.

Admitia-se ontem à noite que o deputado Bernardo Cabral ainda deve ter um encontro com o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, e de quem é amigo, para discutir a questão. Como Bernardo Cabral é o relator, ele tem suficiente autoridade, segundo comenta um dos membros da comissão que se reúne no Banco do Brasil, para modificar o texto até aqui aprovado, da lavra do senador José Ignácio, do PMDB.

É possível que o deputado Ulysses Guimarães seja também acionado pelos três ministros militares para resolver esse problema a contento das Forças Armadas. Lembrava-se ontem a propósito que se já tivesse entrado em vigor o novo texto constitucional que dispõe sobre as Forças Armadas, não teria sido possível ao Governo deslocar ontem para Volta Redonda — dia da greve geral — as tropas do Exército, com o fim de assegurar a manutenção

da ordem interna naquela cidade do Estado do Rio.

Outro problema com o qual estava às voltas ontem à tarde a comissão reunida por Bernardo Cabral no Banco do Brasil relacionava-se com a reabertura da proposta para criação de uma Corte Constitucional. Na véspera, o deputado Ulysses Guimarães havia recebido no Planalto uma comissão da Ordem dos Advogados de São Paulo, a qual lhe pediu para criar a Corte Constitucional. O próprio Ulysses teria então solicitado a Bernardo Cabral que reexaminasse a questão. A criação da Corte Constitucional suscita reações traumáticas no Supremo Tribunal Federal. Aliás, alguns dos membros da comissão reunida por Bernardo Cabral ficaram surpreendidos quando a matéria voltou a exame ontem, uma vez que o capítulo dedicado à Justiça já se encontrava encerrado.

## Impasse na Reforma Agrária

Apesar de várias tentativas de negociações desenvolvidas no curso das últimas 24 horas, estabeleceu-se um impasse em torno da reforma agrária. Os conservadores não aceitam qualquer proposta de reforma agrária, que exclua os atos de desapropriação de terras de apreciação por parte da Justiça. Hoje pela manhã novas tentativas de negociação deverão ser desenvolvidas, mas considera-se remota a possibilidade de qualquer acordo.

## PFL excluído

As lideranças do PFL, tendo à frente seu presidente, senador Marco Maciel, estão indignadas

com o deputado Bernardo Cabral, qual, como relator, não incluiu nenhum representante do partido na comissão por ele instituída no Banco do Brasil para preparar o substitutivo a ser formalizado perante a Comissão de Sistematização. A exceção seria o senador Afonso Arinos, mas alega-se que devido à sua avançada idade ele não pode acompanhar, e muito menos intervir, passo a passo, nos debates e decisões daquela comissão. Além de Bernardo Cabral, como relator, integram a comissão, como representantes do PMDB, José Ignácio, Nélson Jobim, José Serra, Wilson Martins e Euclides Scalco. O pequenino PL está representado pelo deputado Adolfo de Oliveira, o PDS pelo senador Virgílio Távora e o PDT pelo senador Maurício Corrêa.

## Ausência de Sarney

No PFL há crescente preocupação com a ausência do presidente Sarney do centro das negociações em torno da Constituinte. O PFL, pelo menos pelo seu comando, é o único dos dois partidos do Governo que ainda se bate pelo presidencialismo. No PMDB a esmagadora maioria é a favor do parlamentarismo. Presidencialistas importantes, como o governador Waldir Pires, da Bahia, renderam-se às razões do parlamentarismo. Na mesma linha também se encontra o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, confessou na sexta-feira passada ao deputado Egidio Ferreira Lima que, embora não seja parlamentarista, não se opõe à implantação do regime.